



Revisão do Plano Diretor Municipal de Campo Tenente/PR
Produto 6 - Plano de Ações e Investimentos

2022



PRELIMINAR



PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS – PARTE 6

Revisão do Plano Diretor de Campo do Tenente - PR

PRELIMINAR

CURITIBA

2022



PRELIMINAR

LISTA DE TABELAS

TABELA 4.1.1 – PROJEÇÃO DE RECEITAS DO PPA (2022-2025)	34
TABELA 4.2 – EXEMPLO DE ADAPTAÇÃO DOS VALORES DO PAI AO PPA E RECURSOS DE FONTE DE RECURSOS	35
TABELA 4.3 – CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DE CAMPO DO TENENTE REFERENTE ÀS PROJEÇÕES DE RECEITAS PARA O ANO BASE 2022.....	37

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2.1 – EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR.....	11
QUADRO 3.1 – RELAÇÃO ENTRE OS EIXOS, SÍNTESE DOS OBJETIVOS E LINHAS TEMÁTICAS DE CAMPO DO TENENTE	14
QUADRO 3.2 – AÇÕES DO EIXO 1 – REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL	20
QUADRO 3.3 – AÇÕES DO EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	24
QUADRO 3.4 – AÇÕES DO EIXO 3 – HABITAÇÃO	25
QUADRO 3.5 – AÇÕES DO EIXO 4 – INFRAESTRUTURA	26
QUADRO 3.6 – AÇÕES DO EIXO 5 – EQUIPAMENTOS	29
QUADRO 3.7 – AÇÕES DO EIXO 6 – REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	32



PRELIMINAR

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
1 INTRODUÇÃO	9
2 IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA	11
3 PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS DO PLANO DIRETOR	13
4 ORIENTAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS	33
4.1 ADEQUAÇÃO DO PAI AO PPA (2022-2025)	34
REFERÊNCIAS	38

PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO

O presente documento foi elaborado pela Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF), como parte dos produtos integrantes do Contrato celebrado entre a FUPEF e a Prefeitura Municipal de Campo do Tenente - PR, assinado no dia 11 de janeiro de 2022. Refere-se à entrega do **Relatório de Planos de Ações e Investimentos**, conforme o cronograma do Plano de Trabalho, visando reunir e avaliar informações, seguindo as diretrizes propostas na Lei Federal nº 10.257/01, que institui o Estatuto da Cidade.

Consta nesse relatório as etapas contidas na **Meta 1, Fase 4 – Plano de Ações e Investimentos**, contendo os seguintes subitens:

- 1.1 Plano de Ações e Investimentos;
- 1.2 Orientações para implantação do Plano de Ações e Investimentos.

Curitiba, 26 de outubro de 2022



Prof. Dr. Eduardo Rattón
Coordenador Geral do Projeto

1 INTRODUÇÃO

No que diz respeito ao Plano Diretor de Campo do Tenente, nos termos da Lei nº10.257 de 2001, este deve ser o instrumento de gestão, contínua e básica, da política de expansão urbana e do desenvolvimento do município, tendo por finalidade:

- I. estabelecer as diretrizes e as metas globais e setoriais, bem como referência obrigatória para a ação do poder público e da sociedade civil nas questões de interesse local e, mais especificamente, para a formulação e a aprovação dos instrumentos de implementação do Plano Diretor; e
- II. promover o aperfeiçoamento da legislação de uso e da ocupação dos solos urbano e rural, visando ordenar a plena realização das funções sociais do município e garantir a qualidade de vida da população, considerando a promoção da equidade social, da eficiência administrativa e da qualidade ambiental.

Além disso, o Plano Diretor do município de Campo do Tenente aplica-se em toda a sua extensão territorial, e definirá:

- I. a função social da propriedade;
- II. os objetivos e diretrizes gerais de desenvolvimento urbano e rural do Município;
- III. as políticas públicas de desenvolvimento urbano rural;
- IV. as políticas, programas, leis e ações estratégicas;
- V. o processo de planejamento, acompanhamento e revisão do Plano Diretor;
- VI. o disciplinamento do parcelamento e implantação de loteamentos, assim como do uso e da ocupação do solo urbano;
- VII. a delimitação do perímetro urbano;
- VIII. a definição do zoneamento urbanístico;
- IX. a estruturação de instrumentos de planejamento;
- X. o estabelecimento de fundos de investimentos dos recursos do potencial construtivo;
- XI. a proposição de diretrizes de drenagem e coleta e destinação final de resíduos sólidos;
- XII. a estruturação do plano plurianual e diretrizes orçamentárias;
- XIII. a indicação de políticas, programas e projetos setoriais ou de bairros;
- XIV. a formulação do código de edificações e posturas;

- XV. a formulação do código de meio ambiente;
- XVI. o estabelecimento de programas de desenvolvimento econômico e social.
- XVII. a proposição de gestão democrática da cidade.

Diante desse contexto, o Plano Diretor do município de Campo do Tenente-PR tem como objetivo o levantamento e a análise de dados, buscando conhecer em profundidade os principais aspectos relacionados ao município, de forma a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, reduzir as desigualdades sociais, promover a gestão democrática e a preservação e recuperação do ambiente natural e construído.

PRELIMINAR

2 IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

A Revisão do Plano Diretor de Campo do Tenente será desenvolvida por um corpo técnico multidisciplinar, experiente em estudos de planejamento urbano, envolvendo profissionais de diversas áreas do conhecimento e abrangendo as variadas disciplinas envolvidas na completude das análises previstas. Os profissionais integrantes da equipe técnica estão nominados, com suas respectivas formações e registros profissionais, conforme apresentado no QUADRO 2.1.

QUADRO 2.1 – EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR

Nome	Formação Profissional	Atividades/ Função no Projeto
EDUARDO RATTON CREA-PR: 7657-D	Engenharia Civil M. Sc. Geotecnia Dr. Geotecnia	Coordenação Geral
FLÁVIA ALINE WAYDZIK CREA-PR:141030-D	Engenharia Civil Esp. em Eng. Logística e de Operações M.Sc. Eng. de Produção	Coordenação Executiva
AMANDA CHRISTINE GALLUCCI SILVA CREA-PR:109275-D	Engenharia Civil M. Sc. Geotecnia	Análise de Uso e Ocupação do Solo
ANA GABRIELA TEXEIRA CAU-PR: A182428-7	Arquitetura e Urbanismo Mestranda em Planejamento Urbano	Planejamento Urbano
CAROLINA CARONE MARTINS	Direito Pós-graduanda em Direito Constitucional	Legislações e procedimentos administrativos
CRISTHYANO CAVALI DA LUZ CREA-PR: 109275-D	Engenharia Civil M. Sc. Geociências Doutorando em Geotecnia	Plano de Ação e Investimentos
HERMES EDUARDO NICHELE CAU-PR: A193914-9	Arquitetura e Urbanismo Mestrando em Planejamento Urbano	Planejamento e Gestão Urbana do Município
LARISSA MILENA PINTO PARRA CREA-PR: 197078-D	Eng. Cartográfica e de Agrimensura Esp. em Gestão Ambiental Mestranda em Desastres Naturais	Cartografia geral
LUCAS MONTEIRO DILDEY OAB: 86707-PR CREA-PR: 170418-D	Direito Engenharia Civil Esp. Direito Ambiental Mestrando em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambientais	Legislações e procedimentos administrativos



Nome	Formação Profissional	Atividades/ Função no Projeto
MARIA PAULA BECK CAU-PR: 279979-0	Arquitetura e Urbanismo Mestrando em Planejamento Urbano	Planejamento Urbano
MAURO LACERDA SANTOS F CREA-PR: 8043-D	Engenharia Civil M. Sc. Eng. Estruturas Dr. Eng. Estruturas	Cidades Sustentáveis
PHILIPPE RATTON CREA-PR: 108813-D	Engenharia Civil M. Sc.; Dr. Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental	Avaliação das condições gerais
ROBERTO GREGÓRIO SILVA JR. CREA-PR: 9320-D	Engenharia Mecânica M. Sc. Administração Dr. Administração	Mobilidade Urbana
SANDRA MARTINS RAMOS CRBio 66547/07-D	Bióloga Especialista em Biodiversidade, Conservação e Manejo de Rec. Naturais M. Sc. Ecologia Dra. Geologia	Conservação Ambiental

PRELIMINAR

3 PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS DO PLANO DIRETOR

Este relatório diz respeito ao Produto 6 do processo de Revisão do Plano Diretor do município de Campo do Tenente. Nesta etapa, é abordado o Plano de Ações e Investimentos (PAI), que tem a tarefa de consolidar e estruturar as diretrizes, metas e ações estratégicas previstas no Produto 5, de Diretrizes e Propostas. É, portanto, uma extensão do relatório anterior, trazendo para um cenário mais concreto as proposições de implementação e desenvolvimento do município como uma cidade sustentável, moldada a partir dos cenários prospectivos.

Dessa maneira, o PAI discorre as ações e as conecta a investimentos correspondentes necessários, trazendo o valor estimado, o prazo de execução previsto, as possíveis fontes de recursos e a vinculação às diretrizes previstas. Além disso, o PAI também determina quais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são associados às ações da revisão do Plano Diretor, o que torna o processo alinhado às metas globais de desenvolvimento.

Destaca-se ainda que são indicadas as ações e projetos prioritários para implementação, ou seja, aqueles com maior necessidade e urgência de serem concretizados. Essa alocação das ações deve respeitar a capacidade de investimentos e de endividamento do município, junto ao apoio de outras fontes de recursos.

As propostas e diretrizes são apresentadas em eixos, seguindo a similaridade de temáticas. Os eixos definidos são:

- Eixo 1 – Reestruturação territorial;
- Eixo 2 – Desenvolvimento sustentável;
- Eixo 3 – Habitação;
- Eixo 4 – Infraestrutura;
- Eixo 5 – Equipamentos;
- Eixo 6 – Estrutura Administrativa;
- Eixo 7 – Relações externas;

Na sequência, apresenta-se no QUADRO 3.1 a síntese dos objetivos de cada eixo, assim como as diretrizes correspondentes em uma linha programática, de acordo com a similaridade da temática. Estas linhas propositivas serão utilizadas de maneira a organizar os quadros e ações do PAI.

QUADRO 3.1 – RELAÇÃO ENTRE OS EIXOS, SÍNTESE DOS OBJETIVOS E LINHAS TEMÁTICAS DE CAMPO DO TENENTE

Eixo	Síntese dos Objetivos	Diretrizes	Linha Programática
Reestruturação Territorial	<ul style="list-style-type: none"> Reorganizar territorialmente a sede urbana, adequando o perímetro urbano às possibilidades e restrições de ocupação e implementando políticas de fiscalização do uso do solo; Estimular o desenvolvimento industrial e a demarcação de áreas destinadas a esses fins; Estabelecer nova hierarquização viária que possibilite o pleno fluxo na sede urbana e na área rural, bem como dentro de novo corpo de lei de sistema viário; Direcionar a expansão urbana sem afetar as áreas de restrição à ocupação e priorizando áreas propícias e bem servidas de infraestrutura, estabelecendo legislação clara e que permita o desenvolvimento da sede urbana de forma a construir uma cidade bem estruturada e compacta, com poucos deslocamentos; Ordenar o uso e ocupação do solo rural, delimitando localidades rurais e áreas de desenvolvimento agropecuário, conforme usos e vocações adequados e estabelecer parâmetros de uso do solo que impulsionem a agricultura sustentável em áreas com aptidão; Ordenar o uso e ocupação e a legislação urbana, delimitando bairros no perímetro urbano; Adequar a legislação voltada para o sistema viário do município, redefinindo sua hierarquia e estabelecendo critérios de dimensões compatíveis com as categorias de vias e as diretrizes viárias que deverão ser projetadas para as áreas de expansão urbana., assim como, sistematizando e identificando as vias previamente existentes; Adequar a legislação urbana no que se refere às possibilidades de ocupação o código de obras; Fiscalizar a implantação de infraestrutura de novos loteamentos conforme a nova legislação municipal e estabelecer legislação específica com punição para o não cumprimento da legislação de uso e ocupação do solo; Estimular o fortalecimento do comércio local e estimular a descentralização deste tipo de atividade criando setores específicos nos bairros. 	<ul style="list-style-type: none"> Reordenar o uso do solo por meio de macrozoneamento, do zoneamento urbano, da reestruturação do sistema viário e da adequação dos parâmetros e da lei de uso e ocupação do solo e adequar o ordenamento do solo às legislações pertinentes, aos usos existentes, permitidos e potenciais para o desenvolvimento sustentável da cidade. 	Reordenamento territorial
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a preservação das áreas mais fragilizadas e de manancial estabelecendo parâmetros de uso do solo das áreas restritas e ambientalmente vulneráveis, criar soluções de requalificação das áreas degradadas e promover o desenvolvimento sustentável e os usos das áreas de várzea, transformando as áreas abandonadas em locais de lazer nas áreas propícias para tal uso. 	<ul style="list-style-type: none"> Preservar o meio ambiente através da proteção e preservação dos recursos hídricos, a vegetação nativa, fortalecendo e ampliando os programas de educação ambiental, as redes e sistemas de fiscalização e monitoramento do desmatamento e da poluição e fomentando ações de proteção e recuperação ambientais. 	Gerenciamento ecológico do território
Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver estratégias de consolidação das localidades rurais; Promover a permanência dos moradores na área rural, desenvolvendo programas de desenvolvimento regional, parcerias com a prefeitura para o uso de máquinas, o cooperativismo e a capacitação para o produtor rural e os jovens da área rural, aumentando a produção agrícola e diminuindo o êxodo crescente dos últimos anos. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover o desenvolvimento sustentável da área rural e das comunidades tradicionais, incentivando e apoiando os produtores e preservando as tradições e reconhecendo sua identidade e localização espacial. 	Incentivo à produção rural e às comunidades rurais
	<ul style="list-style-type: none"> Estimular o desenvolvimento do ecoturismo sustentável na área rural, promovendo parcerias com proprietários de áreas potenciais e desenvolvendo programas, eventos e estratégias turísticos; 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo religioso e cultural. 	Incentivo ao desenvolvimento econômico sustentável

	<ul style="list-style-type: none"> Estimular o turismo, criando a rota de turismo cultural e religioso. 		
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> Promover a regularização fundiária, o acesso à terra, à moradia digna, à titulação da casa, urbanizando áreas precárias, desenvolvendo ações e programas de produção e melhoria habitacional para a população, estabelecendo novo cadastro e mapeamento do déficit habitacional, reestruturando áreas de ZEIS e criando estratégias legislativas para a titulação; Buscar apoio para programas de regularização e produção habitacional. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o acesso à moradia adequada, ao direito à cidade, promovendo ações para sanar o déficit habitacional no município e promover a melhoria da qualidade de vida dos munícipes com moradias em situação de precariedade habitacional. 	Atendimento ao direito à moradia
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> Promover parcerias com instituições estaduais, federais e internacionais, cooperativas, ongs, universidades e com a iniciativa privada para arrecadação de recursos e estruturação de ações que não possam contar com recursos municipais, como aquelas voltadas para melhoria habitacional, implementação de ciclovias, cursos profissionalizantes e outros; Promover a gestão sustentável dos resíduos sólidos, elaborando o Plano de Gestão dos resíduos sólidos e planejando campanhas de adesão da população à separação de resíduos recicláveis; Planejar alternativas para o transporte coletivo, em especial das localidades mais distantes e rurais, considerando as restrições que sua demanda implica, mas buscando atender às necessidades desses habitantes; Implantar soluções de infraestrutura viária na interseção da Av. Miguel Komarchewski x R. Gabriel Kaiss; Promover o uso de diferentes modos de transporte nos deslocamentos urbanos, estabelecendo ações de melhorias das calçadas e implantando a rede de vias cicláveis; Promover melhorias no sistema viário urbano através da sinalização e a regulamentação de estacionamentos nas vias do Centro e através de soluções viárias na Rua Jorge Alves Barros e entorno; Ordenar o planejamento de novas diretrizes tendo em vistas novos projetos de origem externa, compreender o planejamento estadual para a estruturação viária que afete diretamente o município; Requisitar junto ao governo estadual os projetos de desvio da PR-427; Promover o transporte intermunicipal, o direito à cidade e à equipamentos públicos metropolitanos, requisitando junto à COMEC linha de transporte conectando ao sistema da RMC, bem como o retorno da linha Lapa-Rio Negro, junto ao DER; Priorizar a segurança dos munícipes e visitantes requisitando junto ao governo estadual a implantação de nova ponte em substituição à Ponte de Ferro, tornando esta apenas monumento turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a mobilidade urbana e rural, o acesso à cidade, a acessibilidade à toda a população e promover iniciativas e alternativas de acesso ao transporte público e metropolitano, além de iniciativas que priorizem os modais não motorizados e que garanta o acesso facilitado entre as mais diversas regiões do município. 	Mobilidade eficiente e sustentável
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver o paisagismo e a qualidade de vida na sede urbana, implementando estratégias específicas e elaborando o Plano de Arborização; Desenvolver programas, ações e estratégias que promovam a capacitação profissional e geração de emprego e renda para atendimento à população. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o atendimento universal dos moradores pela rede de infraestrutura básica, aumentar as extensões de rede e qualidade dos serviços prestados em todas as infraestruturas de responsabilidade municipal e o correto destino dos resíduos produzidos pelos munícipes, protegendo o meio ambiente e priorizando alternativas sustentáveis. 	Manutenção e expansão das redes de infraestrutura pública

Equipamentos e Serviços Públicos.	<ul style="list-style-type: none"> Promover a preservação das áreas mais fragilizadas e de manancial estabelecendo parâmetros de uso do solo das áreas restritas e ambientalmente vulneráveis, criar soluções de requalificação das áreas degradadas e promover o desenvolvimento sustentável e os usos das áreas de várzea, transformando as áreas abandonadas em locais de lazer nas áreas propícias para tal uso; Promover parcerias com instituições estaduais, federais e internacionais, cooperativas, ongs, universidades e com a iniciativa privada para arrecadação de recursos e estruturação de ações que não possam contar com recursos municipais, como aquelas voltadas para melhoria habitacional, implementação de ciclovias, cursos profissionalizantes e outros; Promover estratégias e campanhas de adesão de reintrodução de jovens e adultos na escola, combatendo os altos níveis de abandono escolas e não conclusão dos estudos, fortalecendo o EJA nas escolas do município; Investir em estruturas e eventos voltados para o lazer e práticas de esportes na área urbana e na área rural; Reestruturar edificações e espaços educacionais e de assistência social que estejam com situações precárias, sobretudo da Escola Prof. Gunther para construção de refeitório e auditório e do Centro de Convivência; Estabelecer e construir áreas de esporte e lazer com a implantação de pista de Motocross em local adequado; reestruturação do pátio da prefeitura e Rua Avelino Afonso Ribas, transformando em um calçadão de feiras e realocação da garagem de máquinas e ônibus da prefeitura; Reforçar a segurança local, estabelecendo parque de monitoramento por câmera; Incrementar o acesso à saúde, criando estratégias de atendimento e expandido a abrangência e deslocamento às UBS; Melhorar o atendimento dos serviços públicos, estendendo as redes de drenagem e iluminação pública. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o acesso universal à saúde, educação, assistência social, segurança, esporte, lazer e cultura por todos os munícipes expandido a rede de atendimento, construindo novos equipamentos, incrementando e melhorando equipamentos e sistemas existentes e realizando manutenções necessárias. 	Manutenção e expansão dos equipamentos públicos
Reestruturação administrativa	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a comunicação entre as secretarias com o objetivo de aumentar a eficiência no atendimento à população, a fiscalização e o cumprimento do ordenamento do solo, sistematizando os cadastros e os registros e compartilhando as informações; 	<ul style="list-style-type: none"> Manter as estruturas das secretarias em funcionamento, bem como, reestruturar e sistematizar digitalmente o funcionamento interno das diferentes secretarias e seus respectivos bancos de dados de forma a gerar integração e acesso às diversas informações dos diversos cadastros, gerar agilidade, facilitar processos e diminuir a burocracia do dia-a-dia. 	Manutenção da estrutura administrativa do município

Fonte: FUPEF (2022).

A partir dos eixos e diretrizes de desenvolvimento definidos na fase anterior, são sugeridas propostas, que se ramificam em ações, de maneira a traduzir os objetivos de desenvolvimento em proposições práticas e diretas. Essa categorização é oriunda de todas as discussões técnicas, da Análise Temática Integrada e das observações derivadas da participação popular.

Assim, os eixos são justamente os guias temáticos de desenvolvimento, unindo propostas similares. As diretrizes (como fazer) orientam de forma clara os objetivos (onde se quer chegar) e mostram o caminho a ser seguido, enquanto as ações refletem as medidas a serem tomadas para alcançar tais objetivos (o que fazer).

Portanto, para cada linha propositiva e eixo temático, são apresentados a seguir os quadros de detalhamento de ações estratégicas, vinculadas às diretrizes e objetivos supracitados:

QUADRO 3.2 – EIXO 1 – REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL;

QUADRO 3.3 – EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;

QUADRO 3.4 – EIXO 3 – HABITAÇÃO;

QUADRO 3.5 – EIXO 4 – INFRAESTRUTURA;

QUADRO 3.6 – EIXO 5 – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS;

QUADRO 3.7 – EIXO 6 – REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA.

Os quadros são compostos por:

Linhas Propositivas

Temas que subdividem os eixos, sendo temáticas que sintetizam os diversos aspectos que envolvem as diretrizes e as propostas.

Objetivos

Indicam o que se deseja alcançar nos diferentes aspectos, temáticas e objetos que envolvem o Plano Diretor, servindo como guias à elaboração das diretrizes, ações e metas.

Diretrizes

Princípios e caminhos a serem seguidos para se chegar aos objetivos, as diretrizes apontam o que deve ser executado, traduzindo melhor as orientações para as ações. As

diretrizes ainda têm o papel de relacionar as potencialidades e as oportunidades com soluções, proposições e o encaminhamento estratégico.

Ações Estratégicas

Determinam “como fazer”, englobando atividades, programas, projetos, instrumentos e/ou práticas que devem ser executados para possibilitar a aplicação das propostas elencadas nas diretrizes.

Ações Específicas

Direcionam com mais detalhamento a aplicação das ações estratégicas, compondo atividades específicas e direcionadas.

Prazos

Tempo no qual cada ação deve ser realizada, consistindo de três recortes temporais: curto prazo (2024), médio prazo (2027) e longo prazo (2032).

Indicação dos responsáveis

Item que indica as secretarias e/ou órgãos responsáveis pela implementação de cada ação, assim como as possíveis parcerias e articulações com outros entes fora da alçada da gestão municipal, havendo ainda o caso de ações colocadas como produto da própria Revisão do Plano Diretor (RPD).

Possíveis Fontes de Recursos

Designa as entidades, programas e fontes de financiamento que podem fornecer articulações para o financiamento das ações previstas.

Indicadores de Monitoramento












Item que aponta as maneiras de monitorar o andamento das ações, categorizando-as em metas atendidas, em andamento ou concluídas, algo que indica de forma objetiva a execução das proposições trazidas na revisão do Plano Diretor.












Níveis de Prioridade












Indicam a prioridade que deve ser dada à ação correspondente, em relação às demais, de maneira que os níveis variam entre prioridade alta (cor vermelha), média (cor amarela) e baixa (cor verde).












PRELIMINAR

QUADRO 3.2 – AÇÕES DO EIXO 1 – REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Reordenamento territorial													
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Reorganizar o uso do solo no território municipal; Promover a ocupação dos vazios urbanos; Promover a ocupação mista e adensada na área central; Elaborar parâmetros de uso do solo de modo a dar continuidade nas boas taxas de permeabilidade, observando o coeficiente, a taxa de ocupação e as possibilidades de verticalização no lote; Promover a preservação e a proteção de áreas fragilizadas ambientalmente. 													
ODS	          													
Diretrizes	Ações estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado (R\$)	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade			
				C	M	L					Alta	Média	Baixa	
Reordenar o uso do solo por meio de macrozoneamento, do zoneamento urbano, da reestruturação do sistema viário e da adequação dos parâmetros e da lei de uso e ocupação do solo e adequar o ordenamento do solo às legislações pertinentes, aos usos existentes, permitidos e potenciais para o desenvolvimento sustentável da cidade.	Propor novas leis de uso e ocupação do solo, zoneamento e macrozoneamento, além de leis específicas para a aplicação de instrumentos urbanísticos, código de posturas, entre outros.	Elaborar e aplicar o Macrozoneamento, o Zoneamento Urbano, a Lei de Uso e Ocupação do solo, entre outros instrumentos de regulação do solo municipal.	Todo o município.				(1)	Recursos próprios.	Sociedade Civil, Comissão de Acompanhamento do PD e Câmara Municipal.	Aprovação das leis propostas.				
	Reordenar as ZEIS., institucionalizar e regulamentar sua aplicação e a regularização fundiária.													
	Adequar o perímetro urbano e propor lei de bairros.	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar a nova proposta de ordenamento dos Bairros e encaminhar à câmara; Propor novo contorno do perímetro urbano, abrangendo as ocupações de caráter urbanizado. 	Sede urbana.				(1)	Recursos próprios.	Sociedade Civil, Comissão de Acompanhamento do PD e Câmara Municipal.	Aprovação das leis propostas.				
	Direcionar a expansão urbana para consolidar a mancha urbana existente.	<ul style="list-style-type: none"> Criar Comissão de Acompanhamento da implementação das leis de zoneamento e uso do solo. Seguir os indicadores do Plano de Monitoramento da Implementação do PD. 	Sede urbana				(2)	(1)	Recursos próprios.	Todas as Secretarias e Comissão de Acompanhamento do PD.	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões trimestrais de acompanhamento; Indicadores do Plano de Monitoramento. 			
	Fiscalizar o uso e ocupação do solo, o respeito aos parâmetros urbanísticos e parcelamentos irregulares, protegendo e preservando as áreas ambientalmente frágeis e evitando novos parcelamentos e desmatamento.													
Providenciar áreas para desenvolvimento industrial.	<ul style="list-style-type: none"> Determinar territórios aptos e propícios à ocupação de caráter industrial 	Sede Urbana					(1)	Recursos próprios.	Sociedade Civil, Comissão de Acompanhamento do PD e Câmara Municipal.	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação da Lei na Câmara. 				

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Reordenamento territorial												
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Reorganizar o uso do solo no território municipal; Promover a ocupação dos vazios urbanos; Promover a ocupação mista e adensada na área central; Elaborar parâmetros de uso do solo de modo a dar continuidade nas boas taxas de permeabilidade, observando o coeficiente, a taxa de ocupação e as possibilidades de verticalização no lote; Promover a preservação e a proteção de áreas fragilizadas ambientalmente. 												
ODS	          												
Diretrizes	Ações estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado (R\$)	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
	Fomentar a preservação ambiental através de campanhas e projetos de conscientização para educação ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> Realizar campanhas de conscientização da prática ilegal de queimada; Implementar a política municipal de Educação ambiental no município. Elaborar campanhas, incentivar e promover atividades de Educação ambiental no município quanto à proteção dos recursos hídricos, à preservação da fauna local, da vegetação, entre outros. Fomentar o uso de Selos Verdes e de certificações de sustentabilidade pelos empreendimentos realizados no município através da garantia de benefícios, como redução tributária. 	Todo o município				R\$ 50.000,00	Recursos próprios; Governo Estadual	Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Corpo de Bombeiros (PM-PR); Governo Estadual (SEDEST – PR, CEMA, IAT); Governo Federal (SEMAD; MEC; Ministério da Defesa).	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de programas, campanhas e ações de educação ambiental. Porcentagem de alunos e número de escolas que possuam programas de educação ambiental. Porcentagem de empreendimentos com selos verdes. 			
	Recuperar as APPs degradadas do município e proteger as APPs preservadas.	<ul style="list-style-type: none"> Criar parcerias com os produtores rurais e o IAT para cessão de mudas nativas; Recuperar áreas mapeadas como degradadas em áreas rurais e nas áreas urbanas com edificações não consolidadas. 	Todo o município				R\$ 200.000,00	Recursos próprios; IAT; Governo Estadual.	Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Governo Estadual (SEDEST – PR, SEMA, IAT).	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da área de APP recuperada; Redução do desmatamento, poluição e queimadas. 			
	Fiscalizar e monitorar o desmatamento, a recuperação de áreas degradadas e possíveis ameaças à preservação.	<ul style="list-style-type: none"> Requalificar ambientalmente áreas degradadas de risco na área urbana; Fiscalização do desmatamento, dos riscos de queimadas, de preservação de áreas frágeis, da expansão de espécies exóticas e dos agentes poluidores do solo. 	Todo o município				R\$ 200.000,00	Recursos próprios; IAT; Governo Estadual.	Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Governo Estadual (SEDEST – PR, SEMA, IAT).	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da área de APP recuperada; Redução do desmatamento, poluição e queimadas. 			
	Garantir a proteção dos recursos hídricos através do manejo adequado destes recursos e da	<ul style="list-style-type: none"> Realizar a manutenção da sinalização da área de manancial de abastecimento 	Áreas de manancial				(3) R\$ 30.000,00	Recursos próprios; DNIT;	Parcerias com as universidades regionais.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de levantamentos e melhoria dos 			

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Reordenamento territorial												
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Reorganizar o uso do solo no território municipal; Promover a ocupação dos vazios urbanos; Promover a ocupação mista e adensada na área central; Elaborar parâmetros de uso do solo de modo a dar continuidade nas boas taxas de permeabilidade, observando o coeficiente, a taxa de ocupação e as possibilidades de verticalização no lote; Promover a preservação e a proteção de áreas fragilizadas ambientalmente. 												
ODS	          												
Diretrizes	Ações estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado (R\$)	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
	implementação de instrumentos de controle e gestão da proteção dos mananciais, das nascentes, dos aquíferos, e da qualidade da água dos rios e promover o alcance e manutenção dos bons níveis de qualidade da água.	<p>público de água nas vias municipais e na Rodovia BR-116 e promover campanha de conscientização para a população para cuidado da área;</p> <ul style="list-style-type: none"> Implementar o Programa de Controle do Uso de Agrotóxicos na área de mananciais e restringir o uso de agrotóxicos nestas áreas através dos parâmetros de uso do local; Criar o programa de proteção de nascentes. 						IAT; Governo estadual.	Governo Estadual (DER; SEDEST – PR, SEMA, IAT); Governo Federal (MMA).	<p>resultados dos levantamentos dos índices de qualidade da água.</p> <ul style="list-style-type: none"> Número de Programas ambientais criados e implementados. Número de ações previstas nos programas realizadas. Número de produtores envolvidos 			
	Elaborar nova hierarquização viária, além de propor alternativas cicloviárias, e outras mudanças que se façam necessárias na mobilidade municipal.	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar lei do sistema viário revisto, entre outros instrumentos de regulação viária; Propor uma malha cicloviária abrangente e coesa. 	Todo o município				(1)	Recursos próprios.	Sociedade Civil, Comissão de Acompanhamento do PD e Câmara Municipal.	Aprovação da Lei na Câmara.			
	Delimitar e consolidar localidades rurais, fortalecer sua identidade e estabelecer parâmetros próprios de uso com a definição do Macrozoneamento e Lei de Uso e Ocupação do Solo	<ul style="list-style-type: none"> Delimitar as localidades rurais e incentivar o seu reconhecimento por parte da população local; Regularizar as edificações menores que o módulo rural realizadas até a data de aprovação do presente plano diretor nas áreas rurais, mas que sigam os padrões de ocupação determinados pelo macrozoneamento para as localidades rurais; Limitar a expansão urbana de áreas menores que o módulo rural na área rural e nas localidades rurais após a data de aprovação do presente plano 	Área rural do município				(1)	Recursos próprios.	Sociedade Civil, Comissão de Acompanhamento do PD, Secretaria de Urbanismo, Pesca e Agricultura e outros e Câmara Municipal.	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação da Lei na Câmara. Utilização dos instrumentos no dia-a-dia da Secretaria de Urbanismo, Pesca e Agricultura e outros. 			

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Reordenamento territorial												
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Reorganizar o uso do solo no território municipal; Promover a ocupação dos vazios urbanos; Promover a ocupação mista e adensada na área central; Elaborar parâmetros de uso do solo de modo a dar continuidade nas boas taxas de permeabilidade, observando o coeficiente, a taxa de ocupação e as possibilidades de verticalização no lote; Promover a preservação e a proteção de áreas fragilizadas ambientalmente. 												
ODS	          												
Diretrizes	Ações estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado (R\$)	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
		e multar quem fizer o parcelamento fora das normas.		C	M	L					Alta	Média	Baixa
	Reestruturar numeração e identificação de vias	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar projeto específico de modelo para emplacamento de identificação de vias, contando com possível concessão de uso de publicidade para a implantação desse mobiliário; Promover a nova numeração de lotes, informando os proprietários e o sistema de correspondência dos Correios; Instalar placas nas esquinas de vias urbanas, nos entroncamentos de vias rurais principais e em outros locais estratégicos. 	Todo o município				R\$ 200.000,00	Recursos próprios. Concessão de publicidade urbana.	Parcerias público-privadas; Correios.	<ul style="list-style-type: none"> Atualização dos dados de vias identificadas e emplacadas; Atualização de dados da numeração de lotes. 			

Fonte: FUPEF (2022).

NOTAS:









- (1) Ação Institucional.
- (2) Aplicação Contínua.
- (3) Ação Externa – Recursos Externos.

QUADRO 3.3 – AÇÕES DO EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DIMENSÃO PROPOSITIVA													
Desenvolvimento sustentável e expansão da produção rural e do ecoturismo													
OBJETIVOS													
<ul style="list-style-type: none"> Preservar as localidades rurais e comunidades tradicionais, bem como possibilitar a permanência e a manutenção das atividades dos pequenos produtores rurais; Potencializar a produção rural e o ecoturismo sustentável; Potencializar o turismo religioso e a continuidade das festividades tradicionais. 													
ODS													
Diretriz	Ações estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
Promover o desenvolvimento sustentável da área rural e das comunidades tradicionais, incentivando e apoiando os produtores e preservando as tradições e reconhecendo sua identidade e localização espacial. Incentivar o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo religioso e cultural.	Reconhecer e acolher as localidades rurais, fortalecendo sua identidade, estimulando sua consolidação e limitando sua expansão.	<ul style="list-style-type: none"> Acolhimento de localidades rurais, por meio de cadastro de famílias de produtores e moradores; Promoção de visitação das comunidades rurais. 	Área rural.				R\$ 20.000,00	Recursos próprios.	Secretaria de Fomento Agropecuário e Meio Ambiente; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; Secretaria de Desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de famílias cadastradas nas localidades rurais; Quantidade de visitas às localidades. 			
	Promover o ecoturismo sustentável na área rural e estimular o turismo cultural e religioso. Criar e incrementar as estruturas de lazer e apoio turístico e realizar campanhas de valorização das potencialidades do município.	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de eventos e campanhas de divulgação do ecoturismo e do turismo cultural e religioso; Elaborar calendário e mapa de turismo cultural e religioso; Implantar áreas de apoio ao turismo. 	Todo o município.				R\$ 20.000,00	Recursos próprios.	Secretaria de Fomento Agropecuário e Meio Ambiente; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; Secretaria de Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> Eventos realizados; Áreas de apoio construídas. 			
	Garantir o fortalecimento dos pequenos produtores rurais	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar as associações de produtores, facilitar a troca de informações sobre as necessidades dos produtores e criar plano estratégico de atuação nestas necessidades; Incentivar práticas agrícolas sustentáveis, com treinamentos aos produtores e gerar reduções tarifárias nas propriedades que comprovarem o manejo sustentável das atividades rurais. Incentivar as cooperativas nas ações de compartilhamento de maquinário, no transporte da produção, nas vendas, entre outros, através de reuniões, palestras e informação sobre as possibilidades de cooperativismo. 	Área rural.				R\$ 100.000,00.	Recursos próprios	Secretaria de Fomento Agropecuário e Meio Ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> Porcentagem de produtores treinados e que adotaram práticas sustentáveis; Aprovação de programa de parceria entre prefeitura e produtores e aprovação da lei. Palestras realizadas e ações de cooperativismo implementadas pelas associações de produtores. 			
	Consolidar a manutenção das festividades tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> Criar rede de comunicação e campanhas de incentivo às festividades; Criar estruturas de apoio às festividades. 	Todo o município.				R\$ 30.000,00	Recursos próprios Governo Estadual (SEDEST)	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	<ul style="list-style-type: none"> Realização de reuniões da rede de comunicação. Implementação de infraestruturas; Festividades realizadas. 			







Fonte: FUPEF (2022).

QUADRO 3.4 – AÇÕES DO EIXO 3 – HABITAÇÃO

DIMENSÃO PROPOSITIVA		Atendimento ao direito à moradia											
OBJETIVOS		<ul style="list-style-type: none"> Garantir o acesso à moradia adequada a toda a população, sanando o déficit habitacional; Promover programas de produção habitacional, de regularização fundiária e de urbanização de ocupações precárias; Dar acesso ao mercado imobiliário popular pela população de baixa renda, desincentivando ocupações irregulares. 											
ODS		       											
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
Garantir o acesso à moradia adequada, ao direito à cidade, promovendo ações para sanar o déficit habitacional no município e promover a melhoria da qualidade de vida dos munícipes com moradias em situação de precariedade habitacional.	Institucionalizar os programas de regularização fundiária, eliminar situações de risco garantindo a moradia à população removida e requalificar áreas ambientalmente vulneráveis para evitar novas ocupações.	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar o Plano Municipal de Regularização Fundiária; Mapear e cadastrar as habitações em situação de risco; Promover realocação das famílias para áreas de preferência no mesmo entorno da área original; 	Áreas irregulares e de risco				R\$ 200.000,00	REURB; FNHIS, OGU, BNDIS, COHAPAR; PARANACIDADE.	Secretaria de Desenvolvimento; COHAPAR	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração dos planos, dos mapeamentos e cadastros; Implementação do PMRF; Quantidade de unidades regularizadas; Diminuição do déficit habitacional 			
	Urbanizar e realizar a regularização fundiária com titulação de assentamentos precários e loteamentos irregulares.	<ul style="list-style-type: none"> Limpar e requalificar ambientalmente as áreas de risco onde foram realizadas remoções; Criar e implementar o Programa de Regularização Fundiária (PMRF). 											
	Promover o atendimento ao déficit habitacional através da produção de unidades habitacionais	<ul style="list-style-type: none"> Criar o programa municipal de produção de habitação de interesse social com recursos provenientes do FMHIS; Garantir que a produção habitacional de interesse social ocorra em áreas bem-servidas de infraestrutura; Monitorar o déficit habitacional; Monitorar novas ocupações 	Todo o município				R\$ 500.000,00	REURB; FNHIS, OGU, BNDIS, COHAPAR; PARANACIDADE	Secretaria de Desenvolvimento; COHAPAR	<ul style="list-style-type: none"> Unidades produzidas em relação ao necessário; Utilização e sistematização do cadastro; Diminuição do déficit habitacional. 			
	Articular apoio para regularização, urbanização e produção de habitação de interesse social												

Fonte: FUPEF (2022).

QUADRO 3.5 – AÇÕES DO EIXO 4 – INFRAESTRUTURA

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Mobilidade urbana e rural												
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Implantar rede de transporte público municipal e metropolitano; Realizar intervenções no sistema viário em prol da melhora da sinalização, da eficiência de interseções e da regulamentação de estacionamentos. Garantir o escoamento da produção e o fluxo de passagem do município e da sede urbana. 												
ODS	     												
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
Garantir a mobilidade urbana e rural, o acesso à cidade, a acessibilidade à toda a população e promover iniciativas e alternativas de acesso ao transporte público e metropolitano, além de iniciativas que priorizem os modais não motorizados e que garanta o acesso facilitado entre as mais diversas regiões do município.	Elaborar alternativas para o transporte público urbano e rural	<ul style="list-style-type: none"> Implementar linha metropolitana integrada ao sistema de Curitiba; Reimplantar linha Lapa-Rio Negro; Implantar itinerários de atendimento às localidades rurais; Requisitar a construção de anel viário de desvio da PR-427; Construir o terminal rodoviário. 	Todo o município.				(2) (4)	(2)	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; COMEC; DER; SEIL	<ul style="list-style-type: none"> Contratos de concessão estabelecidos; Quantidade de passageiros transportados. Execução de obras. 			
	Articular parcerias para implantação de infraestrutura urbana, de construção de anel viário, de articulações para o transporte municipal e de construção do terminal rodoviário.												
	Realizar intervenções viárias de melhoria de interseções, além de melhorias de infraestrutura urbana de mobilidade em geral	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e executar projeto de redesenho da geometria na interseção das vias Miguel Komarchewski e Gabriel Kaiss; Melhorar a sinalização viária, especialmente nas vias principais. 	Sede urbana.				R\$ 200.000,00	Recursos próprios; Governo Estadual (DER; SEIL); Programa Pró-Transportes; Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Regional)	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; DER; SEIL.	<ul style="list-style-type: none"> Execução das obras; Diminuição de acidentes de trânsito. 			
	Implantar malha cicloviária e promover o uso da bicicleta e das ciclorrotas turísticas	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e executar projetos para a malha cicloviária proposta; Realizar campanhas de incentivo à ciclomobilidade utilitária; Realizar campanhas de incentivo ao cicloturismo rural. 	Todo o município.				R\$ 90.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (DER; DETRAN; SEIL); Programa Pró-Transportes.	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; DER; SEIL.	<ul style="list-style-type: none"> Execução das obras; Campanhas realizadas. 			
Promover a sinalização e regulamentação de estacionamentos no Centro	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e executar projeto para a implantação e manutenção da sinalização horizontal e vertical de regulamentação de estacionamentos. 		Zona Central.				R\$ 60.000,00	Recursos próprios; Governo Estadual (DER; SEIL); Programa Pró-Transportes; Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Regional)	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; DER; SEDEST.	<ul style="list-style-type: none"> Execução das obras; Diminuição de acidentes de trânsito. 			

DIMENSÃO PROPOSITIVA													
Mobilidade urbana e rural													
OBJETIVOS													
<ul style="list-style-type: none"> Implantar rede de transporte público municipal e metropolitano; Realizar intervenções no sistema viário em prol da melhora da sinalização, da eficiência de interseções e da regulamentação de estacionamentos. Garantir o escoamento da produção e o fluxo de passagem do município e da sede urbana. 													
ODS													
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
	Implantar o calçamento nas vias principais e locais	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e executar o calçamento em vias principais; Fomentar a implantação e a manutenção das calçadas pelos proprietários, por meio de garantia de benefícios, como redução tributária. 	Sede urbana.				R\$ 100.000,00	Recursos próprios; Governo Estadual (DER; SEIL); Programa Pró-Transportes.	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; DER; SEDEST.	<ul style="list-style-type: none"> Execução das obras. 			
	Garantir o escoamento da produção e o acesso das localidades rurais	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção de vias municipais rurais. 	Estradas rurais.				R\$ 250.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (DER; SEDEST); Governo Federal (MDR)	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; Secretaria do Fomento Agropecuário e Meio Ambiente; DER.	<ul style="list-style-type: none"> Execução das obras; Aumento da produção rural. 			

DIMENSÃO PROPOSITIVA													
Aspectos de atendimento das redes de infraestrutura à população													
OBJETIVOS													
<ul style="list-style-type: none"> Investir em iluminação pública; Realizar manutenções de drenagem; Estimular a separação do lixo e a coleta seletiva; Adequar a arborização urbana; Adequar a rede de saneamento. 													
ODS													
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
Garantir o atendimento universal dos moradores pela rede de	Garantir o acesso às principais redes de infraestrutura na área urbana, expandido as	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar e dar manutenção à rede de iluminação pública na sede urbana e na área rural. 	Todo o município				R\$ 250.000,00	Recursos próprios.	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura.	<ul style="list-style-type: none"> Áreas atendidas por iluminação pública. 			

<p>infraestrutura básica, aumentar as extensões de rede e qualidade dos serviços prestados em todas as infraestruturas de responsabilidade municipal e o correto destino dos resíduos produzidos pelos munícipes, protegendo o meio ambiente e priorizando alternativas sustentáveis.</p>	<p>redes de infraestrutura básica;</p> <p>Garantir o acesso da área rural à infraestrutura de rede elétrica, abastecimento de água e coleta de lixo comum e seletiva;</p> <p>Promover extensão da rede e melhorias no sistema de saneamento básico municipal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar as redes de água e esgoto na área urbana e rural; Monitorar os índices de qualidade da água para abastecimento e dos efluentes tratados; Incentivar o uso de alternativas sustentáveis às fossas sépticas, de aplicação de sistemas de captação solar e de uso de cisternas e de sistemas de compostagem individual e coletiva através de campanhas de conscientização, explicação da construção deste tipo de alternativa e da redução tarifária do IPTU em residências que aplicarem esse sistema. 	Todo o município.		R\$ 100.000,00	Recursos próprios; SANEPAR; Proprietários.	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; SANEPAR.	<ul style="list-style-type: none"> Áreas atendidas pelas redes de água e esgoto. Melhoria nos índices de qualidade. 				
		<ul style="list-style-type: none"> Implantar e garantir a manutenção de infraestrutura de energia elétrica, na sede urbana e na área rural. 	Todo o município.		(2)	Recursos próprios; COPEL.	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; COPEL.	Execução das ações previstas.				
		<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a rede de microdrenagem e pavimentar as vias urbanas. 	Sede urbana.		(3)	Recursos próprios; Governo Estadual (DER; SEDEST; SEIL); Governo Federal (MDR).	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura;	<ul style="list-style-type: none"> Vias com pavimentação e drenagem. Diminuição de alagamentos. 				
	<p>Adequar o paisagismo da área urbana e promover a arborização urbana adequada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Transladar e/ou dar destino correto a árvores mal implantadas nas calçadas; Promover o plantio de espécies adequadas ao clima e à infraestrutura de vias urbanas; Incentivar os proprietários ao plantio e manutenção corretos, por meio de campanhas. 	Sede urbana.		R\$ 100.000,00	Recursos próprios; Proprietários.	Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura; Secretaria de Desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> Execução das ações previstas; Campanhas realizadas. 				
	<p>Promover o destino correto dos resíduos sólidos e o acesso universal à coleta.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Criar campanhas de conscientização da coleta seletiva; Estabelecer contrato de concessão à coleta e destino de resíduos sólidos. 	Todo o município.		R\$ 20.000,00	Recursos próprios; (2)	Secretaria de Desenvolvimento; Secretaria de Administração e Finanças.	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de contrato com a concessionária; Campanhas realizadas. 				
<p>Incentivar alternativas sustentáveis de gerenciamento de resíduos sólidos e redução de impactos ambientais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Integrar e incentivar o trabalho da Associação de Catadores. 	Sede urbana.		R\$ 20.000,00	Recursos próprios.	Secretaria de Desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> Lixo seletivo coletado; Produção da Associação de Catadores. 					









Fonte: FUPEF (2022).

NOTAS:

- (1) Aplicação Contínua da Ação;
- (2) Recursos da Concessionária;
- (3) Recursos Previstos no PPA ou nos Planos Específicos.

QUADRO 3.6 – AÇÕES DO EIXO 5 – EQUIPAMENTOS

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Manutenção e expansão dos equipamentos públicos													
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Implantar novas áreas, reformar e expandir os equipamentos de lazer e convivência, educação e saúde. Associar propostas assistencialistas públicas com entidades não governamentais; Fortalecer a segurança pública através de monitoramento; Fortalecer estruturas e programas de assistência social; Estimular o trabalho da Associação de Catadores. 													
ODS	       													
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade			
				C	M	L					Alta	Média	Baixa	
Garantir o acesso universal à saúde, educação, assistência social, segurança, esporte, lazer e cultura por todos os municípios expandido a rede de atendimento, construindo novos equipamentos, incrementando e melhorando equipamentos e sistemas existentes e realizando manutenções necessárias.	Requalificar as áreas de várzea, recuperando as APPs e utilizando a o restante da área para implantação de equipamentos e áreas de lazer Implantar equipamentos de recreação, lazer e prática de esportes na área urbana e rural do município. Reestruturar equipamentos de educação, saúde e assistência social, bem como expandir a abrangência dos equipamentos de saúde.	Instalar praça de vizinhança no terreno desocupado do Loteamento Hammer	Sede urbana.				R\$ 120.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDEST)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Conclusão da obra.				
		Implantar parque linear no rio que divide Divino e Centro	Sede urbana.				R\$ 200.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDEST)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Conclusão da obra.				
		Implantar parque no terreno Rachid	Sede urbana.				R\$ 120.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDEST)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Conclusão da obra.				
		Manter os equipamentos existentes de lazer na área urbana e rural	Todo o município.	(2)				R\$ 150.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDEST)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Manutenção das atividades.			
		Implantar nova pista de Motocross na área rural.	Área rural.					R\$ 250.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDEST)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Conclusão da obra.			
		Revitalizar Grêmio Esportivo.	Sede urbana.					R\$ 120.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDEST)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Conclusão da obra.			
		Implantar viveiro de plantas.	Sede urbana.					R\$ 150.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDU).	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e	Conclusão da obra.			

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Manutenção e expansão dos equipamentos públicos												
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Implantar novas áreas, reformar e expandir os equipamentos de lazer e convivência, educação e saúde. Associar propostas assistencialistas públicas com entidades não governamentais; Fortalecer a segurança pública através de monitoramento; Fortalecer estruturas e programas de assistência social; Estimular o trabalho da Associação de Catadores. 												
ODS	       												
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
									Cidadania. Secretaria Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura.				
	Garantir a oferta e a qualidade do sistema de educação, promover a educação profissionalizante, o acesso à cultura, ao desenvolvimento pessoal e promover a educação de jovens e adultos.	Realizar a Campanha de Incentivo à alfabetização de adultos.	Todo o município.		(2)		R\$ 30.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEED)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	<ul style="list-style-type: none"> Redução do analfabetismo; Número de matrículas. 			
	Reestruturar equipamentos de educação, saúde e assistência social, bem como expandir a abrangência dos equipamentos de saúde.	Remodelar ginásio da Escola Municipal Professor Gunther Urban para um refeitório	Sede urbana.				R\$ 200.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEED)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Conclusão da obra.			
		Implantar auditório no terreno do ginásio da Escola Municipal Professor Gunther Urban	Sede urbana.				R\$ 300.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEED)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Conclusão da obra.			
		Manter as atividades e equipamentos de educação.	Todo o município.		(2)		(1)	Recursos próprios. Governo Estadual (SEED)	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	Manutenção das atividades.			
	Garantir o acesso à assistência social e a equipamentos que promovam o bem-estar pessoal e oportunidades de desenvolvimento e crescimento pessoal.	Manter as atividades e equipamentos de assistência social.	Todo o município.		(2)		(1)	Recursos próprios. Governo Estadual (Secretaria da Justiça, Família e Trabalho)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.	Manutenção das atividades.			
	Reestruturar equipamentos de educação, saúde e assistência social, bem como expandir a abrangência dos equipamentos de saúde.	Construir a Casa Lara de apoio à assistência social.	Sede urbana.				R\$ 300.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (Secretaria da Justiça, Família e Trabalho)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.	Conclusão da obra.			
		Revitalizar Centro de Convivência.	Sede Urbana				R\$ 150.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (Secretaria da Justiça, Família e Trabalho)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.	Conclusão da obra.			

DIMENSÃO PROPOSITIVA	Manutenção e expansão dos equipamentos públicos												
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar novas áreas, reformar e expandir os equipamentos de lazer e convivência, educação e saúde. • Associar propostas assistencialistas públicas com entidades não governamentais; • Fortalecer a segurança pública através de monitoramento; • Fortalecer estruturas e programas de assistência social; • Estimular o trabalho da Associação de Catadores. 												
ODS	       												
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
	Incrementar o monitoramento da segurança pública com sistematização e criação de parque de monitoramento de câmeras.	Instalar o parque de monitoramento por câmeras	Sede urbana.				(1)	Recursos próprios. Governo Estadual (SESP)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.	Finalização da instalação.			
		Monitorar os dados das câmeras	Sede urbana.				(1)	Recursos próprios. Governo Estadual (SESP / PMPR)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.	Monitoramento dos dados.			
	Implementar e melhorar o espaço da Associação de Catadores	Implantar nova Associação de Catadores.	Vila Rural.				R\$ 200.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDU).	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. Secretaria Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura.	Conclusão da obra.			
	Readequar a área posterior à prefeitura, implementando infraestrutura de feiras e realocando a garagem de máquinas.	Implantar Calçada para feiras na Rua Avelino Afonso Ribas.	Centro.				R\$ 350.000,00	Recursos próprios. Governo Estadual (SEDU).	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. Secretaria Municipal de Obras, Rodoviário e Infraestrutura.	Conclusão da obra.			

Fonte: FUPEF (2022).

NOTAS:

- (1) Recursos Previstos no PPA ou nos Planos Específicos;
(2) Aplicação Contínua da Ação.

QUADRO 3.7 – AÇÕES DO EIXO 6 – REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

DIMENSÃO PROPOSITIVA		Manutenção da estrutura administrativa interna do município											
OBJETIVOS		<ul style="list-style-type: none"> Garantir os investimentos necessários à estrutura interna das secretarias municipais Estabelecer o geoprocessamento na sistematização dos dados de ocupação e fiscalização Garantir o bom funcionamento da fiscalização e aprovação de obras. 											
ODS													
Diretriz	Ações Estratégicas	Ações Específicas	Localização	Prazos			Custo estimado	Possível fonte de recursos	Órgãos responsáveis	Indicador de resultado	Nível de Prioridade		
				C	M	L					Alta	Média	Baixa
Manter as estruturas das secretarias em funcionamento, bem como, reestruturar e sistematizar digitalmente o funcionamento interno das diferentes secretarias e seus respectivos bancos de dados de forma a gerar integração e acesso às diversas informações dos diversos cadastros, gerar agilidade, facilitar processos e diminuir a burocracia do dia-a-dia.	Estabelecer compatibilização do trabalho das diferentes secretarias.	Monitoramento e manutenção das estruturas e pessoal das secretarias municipais.	Administração das Secretarias.	(1)			(2)	Recursos Próprios.	Todas as Secretarias.	Bom funcionamento das secretarias.	Alta		
		Realizar compatibilização do trabalho das diferentes secretarias	Administração das Secretarias.	(1)			(2)	Recursos Próprios.	Todas as Secretarias.	Bom funcionamento das secretarias.	Alta		
	Sistematizar e incrementar sistemas de fiscalização sobretudo do uso e ocupação do solo.	Implementação de SIG na sistematização de dados municipais;	Administração das Secretarias.				R\$ 100.000,00	Recursos Próprios.	Todas as Secretarias.	Implementação do sistema e ganho de agilidade nos processos.	Alta		
		Sistematizar e integrar o cadastro multifinalitário ao SIG.	Administração das Secretarias.				R\$ 20.000,00	Recursos Próprios.	Todas as Secretarias.	Implementação do sistema e ganho de agilidade nos processos.	Alta		
		Manter a fiscalização do uso do solo em dia	Administração das Secretarias.	(1)			(2)	Recursos Próprios.	Todas as Secretarias.	Implementação do sistema e ganho de agilidade nos processos.		Média	

Fonte: FUPEF (2022).

NOTAS:

- (1) Ação Contínua;
(2) Recursos Previstos no PPA ou nos Planos Específicos.

4 ORIENTAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS

O PAI é elaborado a partir da construção conjunta entre a equipe da consultoria de Revisão do Plano Diretor Municipal com a sociedade e a equipe da Equipe Técnica Municipal. Com estas equipes, através das reuniões, oficinas, audiências e diagnósticos pode-se chegar à um consenso entre os objetivos do Plano Diretor, quais suas diretrizes e quais as prioridades dos investimentos a serem realizados.

Para tornar as propostas viáveis dentro da realidade financeira municipal foi analisado, no produto anterior, a capacidade de investimento, de endividamento e quais são os pontos cruciais frente à necessidade de reestruturação e integração externa para aquisição de investimentos e melhoria administrativa, assim como os planos necessários e aqueles que estão em desenvolvimento.

Portanto, reforça-se que as ações propostas e as prioridades foram definidas levando em consideração todos os elementos e diagnósticos, propostas e reuniões construídos de forma integrada até o momento na hierarquização destas diferentes ações.

Além disso, foram considerados e analisados também qual seria o potencial de impacto que as ações propostas possuem na melhoria das condições de vida da população como um todo, e a prioridade foi atribuída àquelas que se relacionam ao acesso à direitos e necessidades básicas dos habitantes, como estas ações se integram à programas federais e estaduais, à ações e parcerias que podem ser construídas de forma realista, assim como a necessidade de destaque da ação no plano diretor, quando a ação não faz parte de nenhum outro tipo de plano de ações.

Destaca-se ainda que a implementação das ações previstas não depende apenas do aporte de recursos e de vontade política dos agentes responsáveis em realizarem as propostas, mas da construção de uma conjuntura favorável que resulte na redefinição de prioridades de intervenção e na busca de alternativas de execução ao longo do tempo.

Assim, as ações previstas e destacadas no presente plano devem ser objetos de constante análise e avaliação. A depender dos resultados destas análises e caso julgue-se necessário deverão ser realizadas alterações pelo Conselho de Acompanhamento, sobretudo aquelas ações que sejam voltadas e dependam da realização de novas parcerias e aquisição de novos recursos, assim como a modificação de prazos e valores, por exemplo, a depender de novos programas e políticas públicas criados, em diferentes

gestões e frentes de distribuição de recursos em nível estadual e federal, ou até mesmo do surgimento de oportunidades de ações em parcerias privadas.

4.1 ADEQUAÇÃO DO PAI AO PPA (2022-2025)

Como apontado no Produto 4 - Análise Temática Integrada (ATI) – Parte 3, os recursos definidos no Plano de Ação e Investimentos devem estar alinhados com o Planejamento Orçamentário já usualmente realizado pela Prefeitura de Campo do Tenente através da Lei Orçamentária Anual (LOA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Plano Plurianual (PPA), sendo que o PPA atualmente em vigor é o PPA de planejamento para o período entre os anos de 2022 e 2025.

Conforme apresentado no relatório, que analisava o PPA entre 2017 e 2021, sabe-se que o total acumulado de receitas projetado para 2021 chegava aos R\$ 46.844.051,99, enquanto que a receita alcançada foi de R\$ 37.310.463,16. Para o novo PPA os valores projetados são:

TABELA 4.1 – PROJEÇÃO DE RECEITAS DO PPA (2022-2025)

Ano	Valores
2022	R\$ 36.181.500,00
2023	R\$ 39.810.650,00
2024	R\$ 43.851.715,00
2025	R\$ 48.171.259,00
Total	R\$ 168.015.124,00

Fonte: CAMPO DO TENENTE (2022).

Portanto, até 2025 espera-se manter um crescimento da receita anual entre 3 e 4 milhões de reais. No entanto, estas receitas têm destino definido e apenas parte pode ser utilizada em investimentos, como apontado no Produto 4, que indicava que as receitas realizadas em 2020 foram de R\$ 6.447.942,82, sendo reduzidas para R\$ 3.208.442,90 em 2021 e com previsão de redução para R\$ 1.681.947,00 em 2022, reforçando o desequilíbrio que ocorre no município entre receitas e despesas.

No entanto, deve ser considerado que o novo PPA prevê dentro do seu Plano de Investimentos diversos pontos onde o aporte de recursos já é aquele previsto pelo atual PAI, como os valores destinados à manutenção de serviços de equipamentos públicos como creches, unidades de saúde, iluminação pública, revitalização de vias, entre outros.

Porém, os investimentos previstos não devem provir necessariamente apenas de recursos próprios, mas de transferências correntes via governo federal e estadual e de parcerias público-privadas ou outras fontes que se tornem possíveis, como bancos de investimento, agências de fomento e outros.

Para adaptar as ações aos valores reais, ao PPA e sempre que forem necessárias alterações no presente PAI sugere-se seguir o seguinte passo a passo.

- i. Identificar a similaridade e sobreposição das ações com o PPA;
- ii. Avaliar a possibilidade de compatibilização dos recursos;
- iii. Identificar o total de recursos que devem ser realizados por contrapartida (municipal) e o restante que deve ser incluído via novas fontes;
- iv. Identificação das fontes de recursos e do recurso real para complementação.

A planilha a seguir exemplifica a visualização de como ocorre a adaptação dos valores a ser realizada no PPA.

TABELA 4.2 – EXEMPLO DE ADAPTAÇÃO DOS VALORES DO PAI AO PPA E RECURSOS DE FONTE DE RECURSOS

PAI Ação	Valor	PPA (2022-2025)		Valor Faltante	Fonte de Recurso Complementar
		Investimento	Valor		
A	R\$ 100.000,00	1	R\$ 10.000,00	R\$ 90.000,00	SUS
B	R\$ 500.000,00	2	R\$ 50.000,00	R\$ 450.000,00	BNDI
C	R\$ 65.000,00	3	R\$ 10.000,00	R\$ 55.000,00	REURB
D	R\$ 1.265.000,00	4	-	R\$ 1.265.000,00	MEC
...					

Fonte: FUPEF (2022).

Através da aplicação desta metodologia torna-se possível adaptar os valores necessários à implementação das ações e às possibilidades de contrapartida dentro do orçamento municipal previstas no PPA, para realização das ações.

Portanto, como exposto, dentre as diferentes fontes de recursos que o Município possui estão os recursos próprios, os de terceiros, que podem ser ou não onerosos, e os mistos que ocorrem através de parcerias.

As fontes de recursos de fundo perdido são aquelas que se referem à um financiamento do tipo não reembolsável realizado pelo Governo Federal ou Estadual. A obtenção dos recursos ocorre através da identificação de programas de financiamento e de suas respectivas regras pelo município. As citadas regras de contratação são responsáveis por definirem as necessidades e demandas de projeto, profissionais, execução, prestação

de contas, entre outros. Assim, as regras definem aquilo que precisa ser realizado e como deve ser realizado para que o Município obtenha os recursos.

Pode-se constatar que diversas ações que foram propostas no PAI podem contar com recursos de fundo perdido que venham de fontes governamentais, como projetos de urbanização, construção de equipamentos públicos, ampliação e implementação de redes de infraestrutura e outros. Cabe ao município alinhar seus projetos e necessidades às exigências dos programas que existam ou possam vir a existir nos anos de vigência do PDM e requerer o investimento. Tal alinhamento deve alcançado pela constante busca por atualizações, fortalecimentos das relações externas e atenção constante dos técnicos da prefeitura às possibilidades que possam vir a surgir.

Para viabilizar os projetos deve-se ter em mente também que os recursos de fundo perdido, por não possuírem ônus da dívida pública para o Município, geralmente requer uma contrapartida por parte do município, que pode ser realizada através de terrenos, contratações de execução, funcionários, ou, ainda, como parte do investimento. Assim, cabe ao município ter um acervo de oportunidades para estas contrapartidas, como um banco de terras públicas.

No caso da fonte de recursos próprios, por sua vez, pode ser utilizada quando se percebe a capacidade de investimento através de recursos próprios ao longo dos anos, o que não ocorre no Município de Campo do Tenente.

Além disso, outra via de fonte de recursos são os empréstimos e financiamentos. Este recurso deve ser utilizado apenas quando os investimentos a fundo perdido ou através de recursos próprios não são possíveis, pois este tipo de aquisição de recursos gera juros e dívidas de pagamento, que comprometem o equilíbrio financeiro municipal.

Os recursos desta modalidade dependem da capacidade de endividamento do Município. O financiamento é pago mensalmente em parcelas que somadas geram acréscimo no valor total.

A capacidade de endividamento dos municípios pode ser verificada através da aplicação da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, que indica que o saldo total da dívida consolidada líquida não deve ser superior a 1,2 vezes a sua Receita Corrente Líquida – RCL.

O cálculo da capacidade de endividamento de Campo do Tenente está exposto na TABELA 4.3.

TABELA 4.3 – CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DE CAMPO DO TENENTE REFERENTE ÀS PROJEÇÕES DE RECEITAS PARA O ANO BASE 2022

Variáveis Referentes ao Ano de 2022	Valores
Receita Corrente Líquida (RCL)	R\$ 36.002.000,00
Valor Máximo Permitido para o Saldo da Dívida Consolidada	R\$ 43.202.400,00
Dívida Consolidada Líquida	R\$ 3.486.324,00
Capacidade de Endividamento	R\$ 39.716.076,00
Montante Total Necessário para Execução do Plano de Ação do PDM	R\$ 5.300.000,00

Fonte: FUPEF (2022).

No município a capacidade de endividamento é quase oito vezes maior que as ações previstas no PAI, resultante da boa liquidez que possui no pagamento da dívida consolidada.

Por sua vez, a capacidade de pagamento que o município possui é indicada pela comparação entre os valores das parcelas a serem pagas anualmente e as Metas Fiscais de Superávit Primário que ocorram ao longo dos anos de exercício. Deve ser levado em consideração, no entanto, que nem sempre o Município de Campo do Tenente vem apresentando tal superávit e que o não pagamento das dívidas de financiamento, assim como o endividamento para os anos seguintes pode afetar diretamente a liquidez orçamentária municipal, o seu índice FIRJAN e a capacidade do município de atrair investimentos externos, assim como de ser aceito para financiamentos.

Assim como ocorre com as fontes de fundo perdido, na maioria destes empréstimos é necessária uma contrapartida do município, e tal contrapartida deve também ser considerada no PPA, LDO e LDA que serão realizados com recursos próprios. Além disso, o município deve considerar as regras e necessidades para contratação dos empréstimos.

Finalmente, outra possibilidade de fonte de recurso são as parcerias público-privadas ou intergovernamentais. Nesta modalidade os dois lados realizam investimentos e ações através de recursos materiais, humanos e/ou financeiros e ambos os lados possuem benefícios ao final das ações. Neste caso, a parceria conta com contrapartidas de ambos os lados.

REFERÊNCIAS



BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 4 de maio de 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jul. 2001. Seção 1, p. 1.

CAMPO DO TENENTE. **Lei nº 748/2011**. Aprova o Plano Diretor Municipal de Campo do Tenente e dá outras providências. Campo do Tenente, 19 dez. 2011a.

CAMPO DO TENENTE. **Portal da Transparência**. LDO, LDA, PPA. Disponível em: <<http://177.152.56.126:7474/transparencia/contasReceita>>. Acesso em mai. 2022.

IFGF. **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal**. 2021. Disponível em: <www.firjan.com.br>. Acesso em: abr. 2022.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas: A Política Orçamentária no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Programa Nacional de Educação Fiscal**. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/educacaofiscal/MaterialDit%C3%A1tico/CadernosDid%C3%A1ticosdoPNEF/Arquivos/Lecturas%20Complementares_Caderno%204.pdf>. Acesso em abr. 2022.

OLIVEIRA, P. H. **Finanças Públicas 2015**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1599/50.Financas%20Publicas%20-%20SERVI%C3%87OS%20P%C3%9ABLICOS%20-%20IFMG.pdf>>. Acesso em abr. 2022.

RATTON, E.; WAYDZIK, F. A.; MACHADO, V. Manual de normalização de relatórios técnicos e/ou científicos: de acordo com as Normas da ABNT. Curitiba: ITTI/UFPR, 2019.